



PLANEJAMENTO DE UMA TRILHA INTERPRETATIVA EM UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE SERGIPE

Ádria Maria de Oliveira Ribeiro

Superintendência Especial de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (SERHMA)
adriaribeirok@gmail.com

Isabelle Aparecida Dellela Blengini

Superintendência Especial de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (SERHMA)
belle_biologia@yahoo.com

Sandy Gabrielly Souza Cavalcanti

Superintendência Especial de Recursos Hídricos e Meio Ambiente (SERHMA)
cavalcantisgsc99@gmail.com

Fábio Jorge Santos de Castro

Instituto Federal de Sergipe (IFS)
fabiokstro@hotmail.com

Este artigo trata de um relato de experiência de uma ação referente à Educação Ambiental, que envolve trilhas interpretativas desenvolvidas na Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, localizada no município de Capela. Nesse sentido, foi examinada a Trilha do Visgueiro com o intuito de redimensioná-la em busca de novas perspectivas e mais segurança, a fim de ampliar possíveis visitas de diversos públicos. Para esta redefinição, foram realizadas 4 etapas: o estudo da área, o diagnóstico de campo, a organização dos dados e a consolidação da proposta da Trilha. A experiência permitiu concluir que a Unidade de Conservação trabalhada apresenta elevado potencial para promover o desenvolvimento de trilhas interpretativas, estabelecendo possibilidades interdisciplinares para prover a educação ambiental. Ademais, para que esse projeto seja concretizado, vale ressaltar que será necessário, posteriormente, a formação e consequente capacitação de guias ambientais que auxiliem na prática da trilha ecológica.

GT 1: Instrumentação e vivências em Educação Ambiental.

Palavras-chave: educação ambiental; trilhas interpretativas; unidade de conservação.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Ambiental (EA) permite construir relações através de mudanças e transformações nas percepções. Dessa forma, ela pode ser definida como um campo na educação que trabalha com interações entre a humanidade e a natureza, capaz de organizar e interpretar vivências passadas, com o intuito de obter autonomia nas temáticas de justiça social, para cada cidadão desenvolver a liberdade de escolhas e ações voltadas ao bem comum (MACHADO et al., 2022).

No que diz respeito à Educação Ambiental, tal processo situa-se conforme Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que trata Educação Ambiental como: [...]

“Os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade” (BRASIL, 1999).

Esses processos podem ser realizados em áreas naturais, logo, é necessário identificar esses locais, que detém potencial para desenvolver atividades planejadas e relacionadas com o meio ambiente, a fim de aprofundar a relação com a natureza (BLENGINI et al., 2019). Portanto, é necessário organizar um planejamento adequado, junto com um percurso na área natural, no qual as pessoas se desloquem e observem as principais características e peculiaridades importantes para serem destacados e investigados nessas áreas.

É notável que na atualidade tem-se buscado cada vez mais alternativas que venham conectar o ser humano com o meio natural. Tais possibilidades, impulsionam o desenvolvimento de atividades em áreas naturais, objetivando a criação de trilhas interpretativas (BLENGINI et al., 2019).

Dessa forma, para o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO (2018), ao compreender o meio, é interessante utilizar a estratégia de trilhas, para definir e planejar um caminho correto com a utilização de sinalizações e marcações de pontos significativos, que auxiliem a alcançar o objetivo da atividade.

Existem diversas áreas naturais que apresentam elevado potencial para favorecer a utilização de trilhas. Dentre elas estão as Unidades de Conservação (UCs), que apresentam características únicas com riquezas e biodiversidade que possibilitam implementar a Interpretação Ambiental (IA).

Diante da necessidade de se pensar alternativas para garantir a conservação da natureza, no Brasil, a promulgação da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que normatiza as categorias de Unidades de Conservação (UCs) garantindo que esses espaços, criados pelo poder público, sejam locais de efetiva proteção da nossa sociobiodiversidade (BRASIL, 2000).

Segundo o SNUC, UC é conceituada como: [...]

espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

De acordo com o SNUC a categoria Refúgio de Vida Silvestre (RVS) tem como principal objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade e às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade e está sujeita às condições e restrições por este estabelecidas.

No estado de Sergipe, a gestão das UC's, está sob a responsabilidade da Secretária de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade – SEDURBS, através da Superintendência Especial de Recursos Hídricos e Meio Ambiente – SERHMA, no setor de Gerência de Áreas Protegidas e Florestas – GAF.

Entre as UC's estaduais temos a Unidade de Conservação Refúgio de vida Silvestre (RVS) Mata do Junco, que está inserido no grupo de Proteção Integral, sendo essa uma categoria de regime de grande preservação da biodiversidade. O RVS Mata do Junco foi criado com o objetivo de preservar uma das maiores reservas de Mata Atlântica do Estado de Sergipe e as nascentes que abastecem o município de Capela, além de atender a necessidade da preservação do habitat do macaco-guigó, *Callicebus coimbrai*, mantendo a integridade dos ecossistemas naturais da Mata Atlântica e

possibilitando a realização de atividades de pesquisa científica, educação ambiental, ecoturismo e visitação pública.

O Plano de Manejo da UC RVS Mata do Junco elaborado pela Secretaria do Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) de Sergipe em 2011, destaca que a conservação da Mata Atlântica é um desafio devido ao conhecimento fragmentado sobre sua biodiversidade e à forte pressão antrópica que vem sofrendo.

Nesse sentido, o RVS Mata do Junco, por ser uma localidade que detém características únicas, permite a realização de processos de Educação Ambiental, sendo as Trilhas Interpretativas juntamente com a Interpretação Ambiental (IA), uma importante ferramenta de sensibilização e valorização da localidade.

Entendendo que a Interpretação Ambiental é um processo que proporciona formas de representação da linguagem da natureza e a sua inter-relação entre os seres humanos e os processos naturais, a IA também leva os visitantes das Unidades de Conservação à compreensão e valorização dos recursos ambientais, culturais e históricos do ambiente no qual estão inseridos (BRASIL, 2006).

Dessa forma, o objetivo desse trabalho é relatar a experiência que a Gerência de Educação Ambiental e Relações Sociais (GER) obteve na realização da capacitação da equipe técnica da Gerência de Áreas Protegidas e Florestas - GAF, para elaboração do Projeto de Sinalização e Realce da Trilha do Visgueiro na RVS Mata do Junco, com o intuito de proporcionar mais segurança e modificar a percepção dos visitantes em relação às questões ambientais sobre a gestão da UC.

2. METODOLOGIA

A experiência relatada foi realizada no Refúgio de Vida Silvestre (RVS) Mata do Junco, criado pelo Decreto Estadual nº24.944, de 26 de dezembro de 2007, com área oficial de 894,76 hectares no município de Capela, na do Trilha do Visgueiro, a fim de redimensionar a trilha buscando novas perspectivas e mais segurança.

Para a redefinição da Trilha Interpretativa do Visgueiro, foram realizadas 4 etapas a saber:

a) Estudo da área: pautado no Plano de Manejo, que é o documento orientador das ações que podem ocorrer na Unidade, ou seja, somente o que está descrito nesse

Plano deve ser considerado, sendo o documento base para se pensar nas informações da Trilha.

b) Diagnóstico de campo: foi realizado através de uma visita de campo para analisar e definir os pontos de segurança, de informação e de interpretação para posterior formação dos guias da população local.

c) Organização dos dados: categorização dos pontos a serem interpretados e os locais onde eles serão dispostos, visto que é preciso que as trilhas interpretativas sejam multidisciplinares e temáticas, de modo a definir qual mensagem e conhecimento serão passados durante o percurso, buscando atrativos compreensíveis e acessíveis, que proporcionem mobilidade e inclusão, além do uso de recursos didáticos.

d) Consolidação da proposta da Trilha Interpretativa do Visgueiro: durante o percurso da trilha foi elaborado um croqui com algumas informações fundamentais, tais como: início da trilha, percurso, largura média, sentido da trilha, altitudes, declives, restrições e dificuldades. Essas anotações serviram para auxiliar no mapeamento dos pontos e as suas principais características. Após isso, essas informações foram analisadas e organizadas em um instrumento de pesquisa, o qual foi formado com base nos seguintes domínios: coordenadas, ponto de referência e observação.

Das propostas existentes em Unidades de Conservação, foi possível inserir na trilha do RVS Mata do Junco algumas delas, como acessibilidade, conhecimento dos recursos ambientais, reconhecimento de espécies da flora e fauna, história dos recursos naturais que envolvem o patrimônio protegido e da comunidade local. Assim, essas categorias auxiliaram, tanto na implementação da trilha, como ajudará no curso de capacitação de condutores que será oferecido para a comunidade na próxima fase. É importante mencionar que o recurso da IA viabiliza a visitação e o ecoturismo, que traz desenvolvimento e sensibilização da sociedade através do conhecimento implementado a partir desse instrumento.

Para a escolha das categorias a serem incorporadas na trilha redimensionada, foi necessário determinar os elementos mais importantes a serem demarcados, visando à qualidade da experiência do visitante na área. A partir disso, é importante construir uma sinalização de entrada em todas as vias para a trilha, contendo informações dos pontos interpretativos e dos atrativos existentes durante o percurso, assim como outras informações adicionais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir do diagnóstico da RVS Mata do Junco, foi possível delinear os pontos, assim como suas respectivas coordenadas, pontos de referência e observações. Logo, foram obtidos 40 pontos importantes para serem explorados na Trilha do Visgueiro, sendo 8 Pontos de Informações, 21 Pontos de Segurança e 11 Pontos de Interpretação.

Os Pontos de Informações consistem em áreas que apresentam conhecimentos importantes a serem mencionados durante o percurso da trilha. Esses conhecimentos serão apresentados de forma concisa, com avisos e/ou nomenclaturas de espécies, sejam elas científicas ou populares. Tais informações podem ser transmitidas de várias formas, podendo apresentar linguagem oral, no caso dos guias e condutores fazerem a explanação, ou visual e escrita, com o auxílio de instrumentos pedagógicos, como placas interpretativas, conforme demonstrado na Figura 1.



Figura 1: Placa interpretativa no início da Trilha do Visgueiro na UC RVS Mata do Junco exemplificando um Ponto de Informação.
Foto: Ádria M. de O. Ribeiro.

Os Pontos de Interpretação consistem em espaços que possuem elementos importantes a serem abordados e aprofundados durante o percurso da trilha. Dessa forma, foram escolhidos de forma contextualizada de modo a provocar uma imersão no assunto e não simplesmente expor uma informação, diferindo dos Pontos de Informação. Porém, esses contextos também podem ser transmitidos de forma oral, visual ou escrita, sendo eles capazes de externar a história a fim de somar aos dados fornecidos no local, conforme demonstrado na Figura 2.



Figura 2: Ponto de Interpretação da Trilha do Visgueiro na UC RVS Mata do Junco com placa descrevendo a espécie encontrada no ambiente.
Foto: Ádria M. de O. Ribeiro.

Os Pontos de Segurança consistem em áreas que apresentam um determinado grau de dificuldade ou risco, que podem representar perigo e/ou ameaça aos visitantes durante o percurso da trilha, como bifurcações e solos com risco de queda. Esses pontos foram anotados e analisados para possíveis melhoras e adaptações. Na figura 3, por exemplo, é possível observar uma área que apresenta risco de queda devido à umidade do solo e que será melhorada a partir da instalação de um corrimão, que pode ser feito com material de bambu e corda, como um cordame.



Figura 3: Ponto de Segurança da Trilha do Visgueiro na UC RVS Mata do Junco.
Foto: Ádria M. de O. Ribeiro.

Sinalização e adequação de trilhas são fundamentais para a implementação de processos de Interpretação Ambiental, uma vez que ao orientar os pontos de parada, é possível organizar e estruturar sua função ecopedagógica, que será norteadora no processo da trilha. Além disso, houve a necessidade de estabelecer mais um ponto na trilha, o Ponto de Descanso, conforme demonstrado na figura 4, fundamental para os visitantes desfrutarem de um momento de repouso e lazer, e aproveitar os recursos que a natureza fornece.



Figura 4: Ponto de Descanso da Trilha do Visgueiro na UC RVS Mata do Junco.
Foto: Ádria M. de O. Ribeiro.

Enfatiza-se que a Educação Ambiental é o processo necessário para envolver a comunidade, empreendedores locais e os turistas para a sensibilização da importância da proteção e conservação da Unidade, de sua biodiversidade e seus recursos naturais, além da valorização da região.

Portanto, após a implementação da trilha, será proposto o desenvolvimento de atividades escolares e de pesquisa, assim como projetos de capacitação, melhoria da qualidade de vida e sensibilização dos aspectos ambientais da população, além do favorecimento do ecoturismo na região.

4. CONCLUSÃO

A experiência no redimensionamento da Trilha do Visgueiro, permitiu concluir que a UC RVS Mata do Junco apresenta elevado potencial para promover o

desenvolvimento de trilhas interpretativas. Essa prática será disponibilizada e aperfeiçoada, a fim de admitir sua realização para atingir diversos públicos, respeitando o espaço e a ecologia do local, assim como sua cultura e características históricas-sociais, estabelecendo possibilidades interdisciplinares para prover a educação ambiental.

Logo, para concretização desse objetivo é necessário formar e capacitar guias ambientais que auxiliem tanto no conhecimento da biodiversidade como da gestão administrativa e do ambiente que a envolve.

REFERÊNCIAS

BLENGINI, I.A.D.; LIMA, L.B.; SILVA, I.S.M.; RODRIGUES, C. *Trilha interpretativa como proposta de Educação Ambiental: um estudo na RPPN do Caju (SE)*. Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo, v.12, n.1, fev/abr., p.142-161, 2019.

BRASIL. *Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999*. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 28 abr. 1999.

BRASIL. *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Presidência da República Federativa do Brasil. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acessado em 20/08/2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *MMA divulga diretrizes para visitação em Unidades de Conservação*. 2006. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/ptbr/noticias/mma-divulga-diretrizes-para-visitacao-em-unidades-de-conservacao>. Acesso em: 27 mar. 2022.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio. *Manual de Sinalização de trilhas*, 2018.

MACHADO, E.; LINDEMANN, R.; FREITAS, D. *Educação Ambiental e Movimentos Sociais: Um Estudo Documental Sobre os Jornais da Campanha*. Revista Brasileira de Educação Ambiental, São Paulo, v.17, n.3, p.110-130, 2022.

SERGIPE. Secretaria do Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SERHMA. *Plano de Manejo da Unidade de Conservação Reserva de Vida Silvestre Mata do Junco*. 2011. Disponível em: <https://www.sedurbs.se.gov.br/portalmioambiente/#>. Acesso em: 29/05/2022.